

A EDUCAÇÃO VENCERÁ



No primeiro semestre, resistimos a toda sorte de ameaças do governo Zema, que tentou silenciar a categoria ao negar-lhe até mesmo o direito de se organizar e lutar. Às intimidações, respondemos com criatividade, coragem e esperança, reinventando nossas for-

mas de mobilização e garantindo que as pausas centrais da categoria ocupassem as ruas e o debate público. No próximo período, precisamos redobrar nossas forças para superar o projeto político de destruição da escola pública e dos direitos da categoria.

A EDUCAÇÃO NÃO VAI ESQUECER

OITO ANOS DE ATAQUES, UM SÓ PROJETO: DESMONTAR A ESCOLA PÚBLICA MINEIRA

Desde 2019, a categoria dos trabalhadores em educação de Minas Gerais enfrenta um governo que escolheu, de forma sistemática, tratar a escola pública como adversária. Sob a gestão Zema/Simões, sucederam-se cortes de direitos, medidas privatizantes, fechamento de

escolas, precarização do trabalho e tentativas de calar a organização sindical.

A seguir, reconstituímos marcos desse histórico e, ao mesmo tempo, reafirmamos: a educação não esquece e a memória é também uma ferramenta de luta.

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE DIREITOS

Ataque à Lei do Piso

Em vez de dialogar, o governo Zema acionou a Justiça com uma ADI contra a Lei Estadual 21.710/2015, para desmontar pela via judicial uma conquista histórica da categoria.

Reforma da Previdência estadual

Com aumento de alíquotas e novas regras de aposentadoria e contribuição de aposentados e pensionistas, o governo escolheu sacrificar quem dedicou a vida ao serviço público.

Desvalorização das ASBs

Sem concurso, carreira ou estabilidade, chegaram a receber menos que o salário mínimo, comprometendo até seus direitos previdenciários.

Veto ao reajuste do Piso Nacional (2022)

Diante do reajuste de 33,24% definido nacionalmente, Zema propôs apenas 10,06% e, quando a ALMG aprovou o cumprimento integral, vetou o dispositivo.

Aumento dos custos do Ipsemg

A proposta de reestruturação do instituto impôs aumento de até 81,8% nos descontos sobre a remuneração, sem qualquer garantia de melhoria no atendimento.

Precarização dos vínculos de trabalho

Nos últimos anos, Minas Gerais ganhou 65,3 mil professores temporários e perdeu 69,3 mil efetivos, uma inversão que o STF já reconheceu como inconstitucional.

DESMONTE DA REDE PÚBLICA

Descumprimento do mínimo constitucional de 25%

Em 2019 e 2020, o governo investiu apenas 19,8% e 20,73% da receita em educação, deixando de aplicar mais de R\$5 bilhões, enquanto abria mão de R\$ 14,2 bilhões em renúncias fiscais a grandes empresas.

Projeto Somar

Disfarçado de "gestão compartilhada", o projeto repassa escolas estaduais a Organizações da Sociedade Civil, abrindo caminho para que interesses privados decidam os rumos da escola pública.

PPP da infraestrutura escolar

Por meio de Parcerias Público-Privadas, 95 escolas foram entregues à lógica empresarial por 25 anos, deslocando recursos da educação para grandes grupos econômicos.

Colégios Tiradentes

A conversão de escolas regulares em unidades vinculadas à Polícia Militar, sem diagnóstico público nem garantias para as comunidades atingidas, ameaça modalidades como EJA, tempo integral e ensino técnico.

Projeto Mãos Dadas

Sob discurso de cooperação, o programa repassa escolas estaduais a municípios sem estrutura para sustentá-las, criando uma armadilha financeira que ameaça o direito à educação.

Escolas Cívico-Militares

Modelo que ataca a gestão democrática, limita a liberdade pedagógica e a autonomia das unidades, além de abrir espaço para a terceirização e a entrada de agentes externos, aproximando a escola pública de interesses privados e enfraquecendo seu papel como direito social.

Fechamento por "terminalidade"

O esvaziamento gradual de matrículas até o fechamento de turnos, escolas ou modalidades revela o método silencioso de extinção da rede pública.

Fechamento de turmas da EJA

Ao reduzir a oferta de Educação de Jovens e Adultos, o governo aprofunda uma dívida histórica com trabalhadores que já foram uma vez excluídos da escola.

Descumprimento do Plano Estadual de Educação

O governo descumpre 17 das 18 metas do PEE, o mesmo plano que deveria orientar sua própria gestão.

Corte no Tempo Integral

Já em 2019, o governo cortou 81 mil vagas do Programa Escola de Tempo Integral e demitiu 9 mil educadores, um dos primeiros sinais do projeto que estava por vir.

AUTORITARISMO E DESVIOS DE RECURSOS

Contrato milionário de material didático

Em meio a cortes e sucateamento da rede, o governo destinou R\$ 348,4 milhões a um contrato hoje sob investigação dos órgãos de controle.

Manipulação de indicadores ("Aprovação")

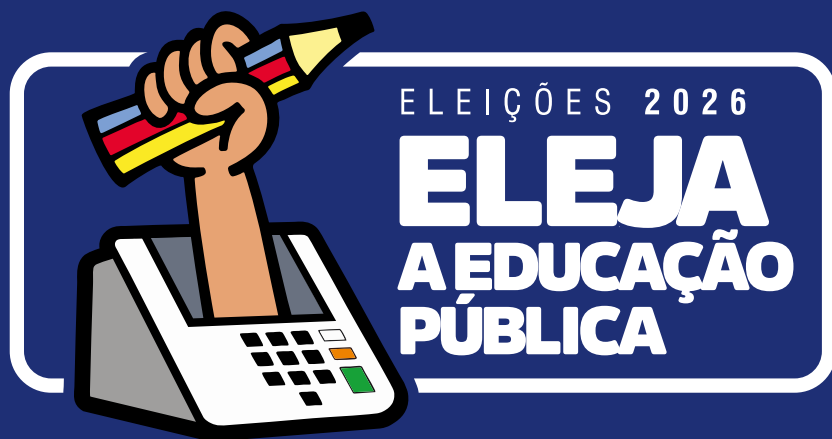
Denunciado pelo Sind-UTE/MG, o programa tentou maquiar dados de avaliação e fluxo escolar, atropelando a autonomia pedagógica dos professores.

Criminalização da luta sindical

Multas pela greve, pedido de bloqueio de contas do Sind-UTE/MG, corte de ponto em dias de paralisação e obstrução à reposição de aulas; tudo para tentar calar a categoria organizada.



Cada um desses ataques foi fruto de uma escolha política consciente, e é justamente por serem escolhas que podem e devem ser revertidas nas urnas. Em 2026, a categoria tem diante de si a chance histórica de transformar oito anos de resistência em um novo rumo para a educação mineira.



“Ontem um menino que brincava me falou
Que hoje é semente do amanhã”

O governo Zema/Simões tem um projeto claro: sucatear a escola pública, precarizar quem trabalha nela e entregar a educação mineira ao mercado.

Nós não escolhemos esse caminho. Escolhemos resistir e agora temos um desafio: levar essa luta para dentro do debate eleitoral de 2026, cobrando de quem quer nos representar um compromisso real com a escola pública, gratuita, laica e democrática.

É nesse contexto que lançamos a campanha “Eleja a Educação Pública” e convocamos trabalhadores e trabalhadoras da educação, estudantes e toda a comunidade escolar a transformar resistência em participação política organizada, elegendo a educação pública como prioridade nas ruas e urnas.

Se hoje é semente do amanhã, vamos lá fazer o que será!

A educação vencerá!

Confira as orientações e participe da construção dessa campanha:



REALIZANDO O AMANHÃ!

Apresentamos às candidaturas ao executivo estadual e à sociedade mineira a Carta-compromisso com a Educação Pública, construída coletivamente e organizada em cinco eixos fundamentais:

RESPEITO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E FIM DAS PRÁTICAS ANTISSINDICAIS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Respeito ao Sind-UTE/MG, manutenção de diálogo permanente com instituição de mesa de negociação para tratar das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) em educação do Estado de Minas Gerais.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

- Manutenção da gestão pública estatal das escolas estaduais, sem PPPs, terceirização de serviços, militarização, escolas cívico-militares ou educação domiciliar.
- Reversão da municipalização do ensino fundamental e das iniciativas que reduzem matrículas ou fecham escolas da rede estadual.
- Anulação do leilão das 95 escolas estaduais realizado em 30 de março de 2026 na B3.

SALÁRIO E CARREIRA

- Pagamento integral do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/2008), com valorização por formação acadêmica e liquidação das dívidas acumuladas.
- Nomeação imediata de todos os aprovados em concurso vigente e realização de novos concursos para suprir o déficit de profissionais em todos os cargos da educação.
- Mecanismos de carreira que assegurem progressão por escolaridade de forma imediata.
- Política de formação continuada, respeitando características regionais e fundamentada na educação humanizadora.

IPSEMG E PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Ampliação das condições de atendimento do IPSEMG, na rede própria e na conveniada.
- Fim do desconto previdenciário até o teto do INSS.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

- Redução do número de estudantes por turma, respeitando parâmetros de qualidade.
- Acesso universal à internet, equipamentos tecnológicos e materiais didáticos de qualidade.
- Políticas públicas de combate ao assédio moral e que combatam o adoecimento funcional e a sobrecarga de trabalho.
- Estabelecimento de política de reestruturação das escolas públicas em face da crise climática.